



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

Auditoria e Fiscalidade

ANO LETIVO

2013/2014

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Auditoria I		
Área Científica	Contabilidades		
Classificação curricular	Obrigatória	Ano / Semestre	3º ano/ 1º semestre
Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
6	162	Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
		T: 30 + PL: 30	
DOCENTES		CATEGORIA	
Responsável	Carlos Fernando Calhau Trigacheiro	Equip. Prof. Coordenador	
Teóricas	Carlos Fernando Calhau Trigacheiro	Equip. Prof. Coordenador	
Teórico-Práticas			
Práticas			
Prático-Laboratorial	Pedro Augusto Nogueira Marques	Equip. Assistente 2º Triénio	

OBJETIVOS

Proporcionar o desenvolvimento de competências para a compreensão da importância da auditoria em geral (considerando os diversos tipos de auditoria) e da auditoria financeira em particular, bem como das condições técnicas, pessoais e legais necessárias para o exercício da profissão.

Dotar os alunos com conhecimentos quanto à organização e desenvolvimento do trabalho de auditoria nas várias fases (planeamento, execução e relato), com particular enfoque na análise de risco e planeamento, na preparação e desenvolvimento do trabalho de campo.

Promover o conhecimento das principais normas nacionais e internacionais de auditoria.

Dotar os alunos com conhecimentos sobre os procedimentos específicos geralmente adotados na auditoria a algumas áreas das demonstrações financeiras e ao cumprimento das obrigações fiscais (matéria a complementar em Auditoria II).

Familiarizar os alunos com principais aspetos de natureza contabilística a considerar na auditoria a algumas áreas das demonstrações financeiras (matéria a complementar em Auditoria II).

PROGRAMA PREVISTO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Demonstrações financeiras: objetivos, componentes, utilizadores e características qualitativas.
- 1.2. Asserções subjacentes às demonstrações financeiras.
- 1.3. Estrutura concetual dos trabalhos de garantia de fiabilidade.
- 1.4. Conceito e importância da auditoria financeira. Outros tipos de auditoria.
- 1.5. Auditoria e fiscalização das sociedades em Portugal. Principais marcos da evolução histórica e situação atual.
- 1.6. Áreas de intervenção do Revisor oficial de contas.
- 1.7. Conceito e estrutura da certificação legal das contas.
- 1.8. Expetativas da sociedade em geral sobre os resultados da auditoria.

2. NORMAS DE AUDITORIA E PROFISSÃO DE AUDITOR

- 2.1. Normas nacionais e internacionais. Principais organismos emissores e estrutura.
- 2.2. Papel da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- 2.3. Obtenção da qualificação profissional.
- 2.4. Funções dos revisores oficiais de contas.
- 2.5. Formas de exercer a profissão. Situação em Portugal.
- 2.6. Princípios fundamentais subjacentes à profissão.
- 2.7. Ética e deontologia profissional. Incompatibilidades e responsabilidades dos auditores.
- 2.8. Interesse público da profissão e a sua supervisão.

3. COMPROMISSO E PLANEAMENTO DO TRABALHO DE AUDITORIA

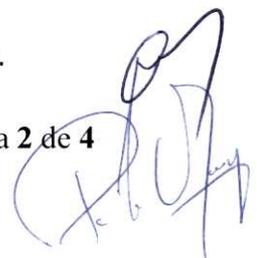
- 3.1. Aceitação do trabalho e delimitação de responsabilidades do órgão de gestão e dos auditores. Carta de compromisso.
- 3.2. Diferentes fases de uma auditoria: compromisso, planeamento, execução e relato.
- 3.3. Importância do conhecimento da entidade e do seu meio envolvente. Compreensão dos sistemas de informação e de controlo interno.
- 3.4. Conceitos de materialidade e de risco e a sua influência na definição da estratégia de auditoria.
- 3.5. Plano global de auditoria e programas de trabalho.
- 3.6. Utilização do trabalho de outros auditores e peritos.
- 3.7. Normas nacionais e internacionais de auditoria aplicáveis.

4. CONTROLO INTERNO

- 4.1. Conceito de controlo interno e sua importância para o trabalho dos auditores.
- 4.2. Objetivos e componentes do controlo interno.
- 4.3. Limitações do controlo interno.
- 4.4. Formas de recolher e registar um sistema de controlo interno.
- 4.5. Aspectos especiais do controlo interno relativo aos sistemas de informação.
- 4.6. Fraudes e erros. Impacto para o trabalho do auditor.
- 4.7. Resposta ao risco de fraude e áreas onde o risco é mais elevado.
- 4.8. Delimitação de responsabilidades entre os Órgãos de Gestão e o Auditor.
- 4.9. Avaliação do sistema de controlo interno e sugestões para a sua melhoria.
- 4.10. Normas nacionais e internacionais de auditoria aplicáveis.

5. A PROVA DE AUDITORIA

- 5.1. Importância da prova em auditoria.
- 5.2. Credibilidade da prova.
- 5.3. Procedimentos para obtenção da prova.
- 5.4. Tipos de testes: testes de controlo e procedimentos substantivos.
- 5.5. Seleção de amostras em auditoria. Importância e principais aspetos a considerar.



- 5.6. Casos particulares: saldos de abertura nas primeiras auditorias e estimativas contabilísticas.
- 5.7. Documentação da prova. Conceito, importância e organização.
- 5.8. Normas nacionais e internacionais de auditoria aplicáveis.
6. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
- A abordagem a efetuar para cada uma das áreas envolve os pontos seguintes:
- Medidas de controlo interno.
 - Enquadramento no Código das sociedades comerciais, quando aplicável.
 - Objetivos e procedimentos de auditoria.
 - Programa de auditoria e principais mapas de trabalho.
- Áreas a abordar:
- Meios financeiros líquidos.
 - Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar.
 - Inventários e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
 - Ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento.
7. ASPECTOS DE NATUREZA CONTABILÍSTICA A CONSIDERAR NA AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
- Meios financeiros líquidos.
 - Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar.
 - Inventários e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
 - Ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento.

BIBLIOGRAFIA

- Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach – Alvin A. Arens, Randal J. Elder and Mark S. Beasley - Ed. Prentice Hall – 13ª edição 2009.
- Auditoria e sociedade – Diferença de expectativas – B. Machado de Almeida, 2005, Publisher Team.
- Auditoria Financeira - Teoria e prática - Carlos Baptista da Costa - Ed. Rei dos Livros – 9ª edição 2010.
- Casos Práticos de Auditoria Financeira – Carlos Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves – Ed. Rei dos Livros – 6ª edição 2011.
- Código das Sociedades Comercias.
- Código de Ética da INTOSAI.
- Código dos Valores Mobiliários e Regulamentos da CMVM.
- Código e Regulamento do Registo Comercial.
- Contabilidade Financeira - Carlos Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves – Ed. Rei dos Livros – 8ª edição 2013.
- Elementos de Contabilidade Geral - António Borges, Azevedo Rodrigues e Rogério Rodrigues – Áreas Editora – 25ª Edição 2010.
- Handbook of International Auditing, Assurance and Ethics Pronouncements – Ed. International Federation of Accountants (IFAC) - 2013.
- Manual do Revisor Oficial de Contas - Edição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Normas de Auditoria da INTOSAI / ISSAI.
- Normas Internacionais de Relato Financeiro – Ed. International Accounting Standards Board.
- Sistema de Normalização Contabilística.
- Teoría y Práctica de la Auditoria – Concepto y metodología – José Luís Sánchez Fernández de Valderrama – Ed. Pirámide (Madrid).



WEBGRAFIA

www.cvm.pt
www.eca.europa.eu
www.ifac.org
www.intosai.org
www.oroc.pt

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	<p>A avaliação contínua incide sobre o número de presenças e participação nas sessões de ensino.</p> <p>A avaliação por frequência consiste na realização de 2 testes intercalares, com questões teóricas e práticas, a efetuar no decurso do período letivo e abrangendo a matéria entretanto lecionada. Será ainda efetuada uma prova escrita complementar, a realizar no período normal de frequências. A prova escrita complementar incluirá também questões teóricas e práticas.</p> <p>As datas dos testes intercalares serão comunicadas com uma antecedência mínima de uma semana.</p> <p>Para superar com êxito a avaliação por frequência os alunos deverão demonstrar que alcançaram os objetivos propostos para a unidade curricular.</p> <p>A frequência das sessões a lecionar do tipo prático-laboratorial (PL) é obrigatória, nos termos previstos no nº 7 do artigo 9º do Regulamento Académico em vigor na Escola Superior de Gestão de Tomar, sem prejuízo da demais regulamentação aplicável.</p> <p>Os alunos que não atingirem classificação igual ou superior a 10 valores na frequência serão admitidos a exame, sendo aquela classificação de frequência obtida pela aplicação da seguinte fórmula: Classificação final: [(média aritmética, não arredondada, dos testes intercalares + prova escrita complementar)/2]. A classificação obtida na prova escrita complementar não poderá ser inferior a 7 valores.</p>
Avaliação Periódica	<p>Os alunos que não obtiverem aprovação em avaliação contínua e todos os restantes que reunirem condições de admissão a exame face às normas em vigor na Escola, efetuarão provas escritas com questões teóricas e práticas nas respetivas épocas de exame.</p>
Avaliação Final	<p>Serão aprovados os alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores nas respetivas provas escritas, sendo os restantes considerados como reprovados.</p>

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia

Horário

Local

etc - 17.01.2014

Ata nº 45

ponto 6

a)

